

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

- Baseado no formato de prova aplicado pela banca Cebraspe**
- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas (Formulário de Documento) de acordo com a orientação da Seção de Provas.
 - Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura Situação hipotética:... seguida de Assertiva:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
 - Eventuais espaços em branco utilizados somente para o processo de "arrastar" – que ocorre apenas no caderno de prova – poderão ser utilizados para rascunhos.

SIMULADO INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

ÉTICA KÁTIA LIMA

Julgue os itens abaixo sobre ética geral, ética no serviço público, ética e função pública, tendo como base os Decretos n. 1.171/1994 e 6.029/2007.

- Segundo o utilitarismo, para uma ação ser considerada ética, ela precisa promover o maior prazer ao maior número de pessoas, ou seja, deve necessariamente beneficiar a coletividade.
- Servidor público que constantemente manifesta apreço publicamente por outro servidor ou gestor comete falta ética.
- A comissão de ética pública será composta por sete servidores estáveis com mandatos não coincidentes de três anos, permitida uma recondução.

DIREITO CONSTITUCIONAL RICARDO BLANCO

Julgue o item segundo a Constituição Federal.

- É inviolável o sigilo da correspondência, de dados e das comunicações telefônicas, das comunicações telegráficas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Julgue o item em relação ao mandado de injunção.

- Em relação aos remédios constitucionais, a Constituição Federal prevê o mandado de injunção, cabendo ao legislador regulamentar o processo e o julgamento do mandado de injunção na forma coletiva e individual.

Julgue o item sobre nacionalidade.

- Segundo a Constituição, a lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, tendo em vista que nenhum direito fundamental é absoluto.

Julgue o item segundo a Constituição Federal.

- Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de crime culposo.

Julgue o item em relação aos direitos políticos.

- A inelegibilidade do § 7º do art. 14 da CF (inelegibilidade reflexa) não alcança parente de vice-prefeito que não tenha substituído o titular nos últimos seis meses do curso do mandato.

Julgue os itens em relação à Administração Pública.

- Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

DIREITO ADMINISTRATIVO RICARDO CARDOSO

O ato administrativo representa a manifestação da vontade da Administração Pública. Por esse motivo, são praticados com fundamento no direito público, possuindo características próprias.

Sobre a teoria dos atos administrativos, julgue os itens.

- O elemento motivo representa o pressuposto fático e de direito que autoriza ou determina a prática do ato. No ato discricionário, os elementos motivo e objeto retratam o mérito administrativo.
- Quando se trata de atividade discricionária, o agente que praticar o ato deve limitar-se a fixar o objeto que já está estabelecido pela lei.

Sobre a organização administrativa e os poderes administrativos, julgue os itens.

- 13** O INSS e os conselhos profissionais possuem forma jurídica de autarquia. Por serem pessoas de direito público, possuem a prerrogativa constitucional de emitir precatório para quitar débitos.
- 14** O poder regulamentar concretiza-se pela edição de decreto de competência dos chefes do Poder Executivo. Nos termos da Constituição Federal, quando o decreto regulamentador expedido pelo Executivo é exorbitante, caberá a sua anulação pelo Congresso Nacional. Esse controle é classificado como externo e parlamentar.

Sobre aspectos do direito administrativo, julgue os seguintes itens.

- 15** A responsabilidade objetiva do Estado decorre da convencionalizada teoria do risco administrativo. Para ser considerada essa modalidade de responsabilidade extracontratual, é prescindível a indicação de dolo ou culpa do agente causador do dano.
- 16** Considere que tenha ocorrido o rompimento de uma adutora de responsabilidade de concessionária prestadora de serviço público de saneamento básico. **Assertiva:** a responsabilidade é subjetiva, pois a relação entre o consumidor e a concessionária é contratual.
- 17** O princípio da juridicidade informa que a interpretação da norma administrativa deve ocorrer da forma que melhor garante o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

GRAMÁTICA E TEXTO

LUCAS LEMOS

TEXTO I

A importância da leitura para a formação do cidadão

1 A leitura é de suma importância nos dias de hoje para a formação do cidadão, pois ela é essencial para adquirirmos mais conhecimento. Estamos sendo bombardeados de informações instantâneas através da internet, mas vale ressaltar

5 que o conhecimento é para sempre e as informações são passageiras e, muitas vezes, não acrescentam nada.

Precisamos refletir sobre essa questão de informação x conhecimento. Através da informação podemos ser manipulados se não tivermos conhecimento. Infelizmente, muitas

10 vezes o cidadão chega a uma universidade despreparado, acreditando que consegue desenvolver tudo, o que não é verdade, porque muitos só conseguem copiar e colar.

A leitura sempre teve um papel social de grande interferência na sociedade, garantindo evolução diante de problemas sociais, políticos e econômicos.

15

A leitura tem por finalidade levar-nos a outros mundos possíveis, seja através da literatura ou das revistas e dos jornais. Pode nos entreter, ao mesmo tempo em que favorece a reflexão sobre a realidade. Além disso, desperta sonhos, curiosidades e ativa a criatividade.

20

Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br>. (com adaptações)

Quanto à fidedignidade às estruturas gramaticais e semânticas, julgue os itens seguintes.

- 18** Conforme o 1º parágrafo, é correto afirmar que a informação e o conhecimento são distintos, pois este fica e aquela passa.
- 19** Ao ler o texto, conclui-se que a leitura ajuda a diferenciar entre verdade e manipulação.
- 20** Em “podemos ser **manipulados** se não tivermos conhecimento” (l. 8-9), a palavra em destaque poderá ser substituída, sem alteração de sentido, por influenciados.
- 21** Depreende-se a partir da leitura do texto que a leitura interfere na sociedade tanto quanto as notícias da internet.
- 22** Infere-se que a leitura é capaz de colaborar para que os alunos tirem notas satisfatórias.
- 23** Na linha 2, a substituição da conjunção “pois” por “uma vez que” mantém a relação de causalidade no texto.
- 24** Em “o cidadão chega a uma universidade despreparado” (l. 10), o autor deveria ter empregado o sinal indicativo no “a”, pois a forma verbal “chega” exige um termo precedido de preposição.
- 25** Na linha 2, a substituição da preposição “para” pela locução **afim de** mantém a ideia de finalidade existente no texto.
- 26** A vírgula empregada na linha 14 após o vocábulo “sociedade” introduz uma oração de valor explicativo.
- 27** Infere-se da forma verbal “Estamos sendo” (l. 3) que indica uma ação habitual.

TEXTO II

Se a chamada leitura do mundo se aprende por aí, na tal escola da vida, a leitura de livros carece de aprendizado mais regular, que acontece na escola.

Mas leitura - quer do mundo quer de livros - só se aprende e se vivencia de forma plena coletivamente, em intercâmbio de leituras que se refinam, reajustam e redimensionam hipóteses de significado, ampliando constantemente a nossa compreensão dos outros, do mundo e de nós mesmos.

Da proibição de certos livros (cuja posse poderia ser punida com a fogueira) ao prestígio da Bíblia, sobre a qual juram as testemunhas em júris de filmes norte-americanos, o livro, símbolo da leitura, ocupa lugar importante em nossa sociedade.

Foi o texto escrito – mais que o desenho, a oralidade ou o gesto – que o mundo ocidental elegeu como linguagem que cimenta a cidadania, a sensibilidade, o imaginário. É ao texto escrito que se confiam produções de ponta da ciência e da filosofia; ele é que regula os direitos de um cidadão para com os outros, de todos para com o Estado e vice-versa.

Pois a cidadania plena, em sociedade como a nossa, só é possível – se e quando ela é possível – para os leitores. Por isso, a escola é direito de todos e dever do Estado: uma escola competente, como precisam ser os leitores que ela precisa formar.

Daí, talvez, o susto com que se observa qualquer declínio na prática de leitura, principalmente dos jovens, observação imediatamente transformada em diagnóstico de uma crise da leitura, geralmente encarada como anúncio do apocalipse, da derrocada da cultura e da civilização.

Marisa Lajolo (com adaptações)

De acordo com as estruturas linguísticas e semânticas do texto, julgue os itens a seguir.

- 28** Está evidente no texto que a carência de leitura preocupa pela sua relação de causa e consequência com a cidadania, haja vista que aquele que lê, imprescindivelmente, alcança a plena cidadania.
- 29** Infere-se que a linguagem escrita, além de se sobrepor a outras formas de comunicação, torna-as inúteis.
- 30** Segundo o texto, a Bíblia, um símbolo de leitura, é o livro que “ocupa lugar importante em nossa sociedade”.
- 31** Infere-se que o aprendizado exigido na escola pode ser substituído com sucesso pela chamada “leitura do mundo”.
- 32** O emprego de acento na palavra “imaginário” pode ser justificado por duas regras de acentuação distintas.

REDAÇÃO OFICIAL

MÁRCIO WESLEY

Com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), 3ª edição, julgue os próximos itens.

- 33** Redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos, de modo que a linguagem empregada se opõe a uma evolução da língua, pois a finalidade oficial impõe parâmetros rígidos.
- 34** Em correspondências oficiais, o vocativo não deve conter o nome da pessoa a quem se dirige a comunicação, mas apenas a invocação “Senhor” seguida do cargo ocupado.
- 35** A abreviação do pronome de tratamento “Vossa Excelência” é “V. Exa.”, mas não deve ser usada quando se dirige ao presidente do Supremo Tribunal Federal, por exemplo.
- 36** Para atender ao atributo da impessoalidade em correspondências oficiais, é preciso evitar a expressão de sentimentos e os tratamentos afetuosos, pois são manifestações contrárias a uma homogeneidade formal.
- 37** Por seu caráter menos formal, o correio eletrônico dispensa rigores na formatação do texto e prescinde dos tratamentos formais, sendo livre o uso de linguagem mais próxima da fala com o interlocutor.

RACIOCÍNIO LÓGICO

MARCELO LEITE

- 38** Considere que a proposição “Carmem é Analista do INSS” seja verdadeira. Então, a sentença “Marcos é Técnico do INSS, logo Carmem é Analista do INSS” é obrigatoriamente verdadeira.
- 39** A negação da expressão “Tanto Marcos é analista do INSS como Mateus é técnico do INSS” será equivalente a “Marcos não é analista do INSS nem Mateus é técnico do INSS”.

Considere que, em certo setor da agência localizada na cidade Taguatinga/DF, estão lotados 10 Analistas e 20 Técnicos. Um grupo de servidores será escolhido para participar de um curso de especialização que ocorrerá em Canoa Quebrada/CE e em Maceió/AL.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

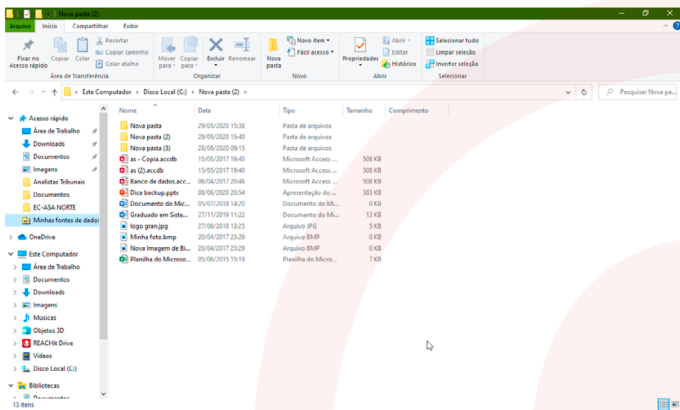
- 40** Caso esse grupo tenha apenas dois analistas, que realizarão o curso em Canoa Quebrada/CE, a quantidade de maneiras distintas que esse grupo poderá ser organizado será igual a 45.

41 Caso esse grupo tenha apenas dois Técnicos, sendo que um participará do curso em Canoa Quebrada/CE e outro em Maceió/AL, será igual a 380.

42 Caso apenas um servidor seja escolhido ao acaso, entre os 30 citados, a chance de que seja um técnico é superior a 1/2.

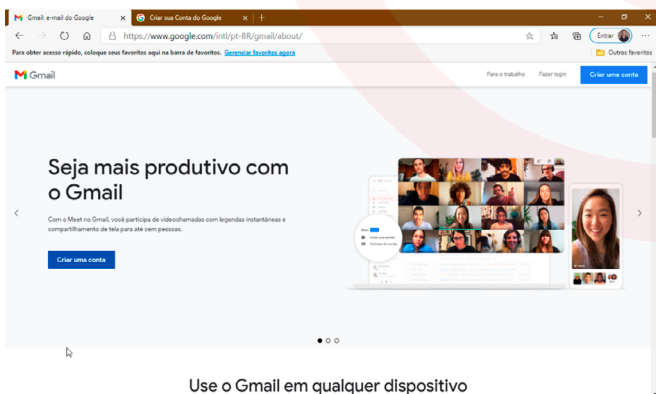
INFORMÁTICA FABRÍCIO MELO

A respeito da figura e de conhecimentos relacionados ao Windows 10, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item a seguir.



43 É correto afirmar que a biblioteca *Imagens* está fixada no Acesso rápido.

A respeito da figura e de conhecimentos relacionados a correio eletrônico, julgue o próximo item.

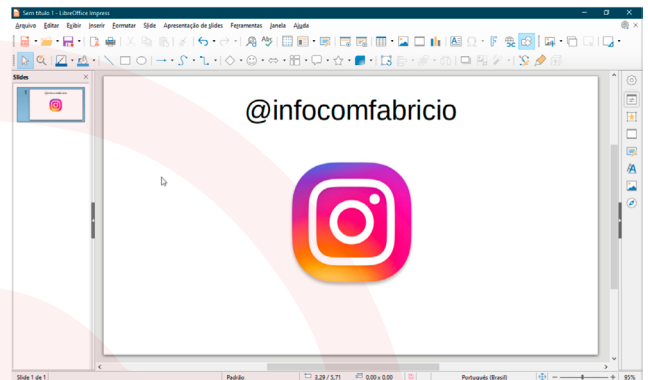



44 O Gmail é classificado tanto como um sistema de WebMail quanto como um SAAS (software as a service).

Sobre conhecimentos relacionados à Segurança da Informação, julgue o próximo item.

45 Os grupos básicos de mecanismos de autenticação são baseados naquilo que o usuário sabe (como senha e perguntas secretas); naquilo que o usuário possui (como biometria e um token); e naquilo que o usuário é (como leitura da face e impressão digital).

A respeito da figura e de conhecimentos relacionados ao Libre Office Impress 6.X, idioma português (Brasil), configuração padrão, julgue o próximo item.



46 Por meio do botão , é possível a importação da apresentação como um arquivo PDF.

A respeito da figura e de conhecimentos relacionados ao Libre Office Calc 6.X, idioma português (Brasil), configuração padrão, julgue o próximo item.

B1		=SOMA(Planilha2.A1;A2)	
	A	B	
1	2	7	
2	4	2	
3	5	3	
4	6	5	
5	7	8	

47 É correto inferir que na célula A1 da Planilha 2 contém o valor 3.

REGIMENTO JURÍDICO ÚNICO

RODRIGO CARDOSO

Com base na Lei n. 8.112/1990 e na Constituição, julgue os itens a seguir.

- 48** Considere que servidor do INSS seja acusado de ter praticado crime contra a Administração no exercício do cargo. Nesse caso, a ação disciplinar prescreverá em cinco anos da data em que o fato se tornou conhecido. Havendo concurso de pessoas, o prazo prescricional não se altera.
- 49** As instâncias penal, civil e administrativa são, em regra, independentes. No entanto, a absolvição penal por negativa de autoria interfere nas esferas civil e administrativa, hipótese que serão afastadas. Além disso, a jurisprudência fixou a tese da impossibilidade da utilização de prova emprestada de inquérito policial em processo administrativo disciplinar em razão da separação dos Poderes.
- 50** Alessandro é servidor do INSS há dois anos, estando ainda em estágio probatório. Sua esposa ocupa o cargo de agente da Polícia Federal e foi removida por interesse da Administração para o Estado de Roraima. **Assertiva:** Alessandro só poderá ser removido para Roraima para acompanhar seu cônjuge após o término do estágio probatório.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SEGURIDADE SOCIAL (DIREITO PREVIDENCIÁRIO)

CARLOS MENDONÇA

Julgue o item a seguir de acordo com a evolução histórica da seguridade social.

- 51** A Constituição de 1988, dentre outras inovações, instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL.

Acerca da evolução histórica da seguridade social, julgue o item a seguir.

- 52** A Lei Eloy Chaves, de 1923, marco do surgimento da previdenciária no Brasil, unificou os diversos institutos de aposentadoria e criou as CAPs – Caixas de Aposentadorias e pensões.

Julgue os itens a seguir, de acordo com as regras previdenciárias decorrentes da reforma da previdência introduzida pela EC 103/2019.

- 53** A reforma da previdência instituiu o caráter contributivo da assistência social.
- 54** A reforma da previdência instituiu a possibilidade de alíquotas progressivas para todos os contribuintes.
- 55** No regime Geral de Previdência Social – RGPS, é vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados com deficiência e para aqueles cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
- 56** Após a reforma da previdência, o requisito idade foi unificado para todos os trabalhadores, exceto para trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
- 57** Após a reforma da previdência (EC 103/2019), passou a ter especial relevância a data da filiação do segurado ao RGPS. Assim, para os segurados filiados até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019, ficou assegurado o direito à aposentadoria quando forem preenchidos, cumulativamente, 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, desde que, somados à idade, seja alcançado o número de pontos correspondente, por exemplo, 87/97 para o ano de 2020.
- 58** A reforma da previdência prevista na EC 103/2019 manteve a possibilidade do segurado filiado até a data de sua vigência aposentar-se por tempo de contribuição, por meio de uma regra de transição, desde que cumprida uma idade mínima cambiante que vai evoluir ao longo dos anos de 56/61 para 62/65 anos, respectivamente, para mulheres e homens.
- 59** A reforma da previdência prevista na EC 103/2019 manteve a possibilidade de o segurado filiado, até a data de sua vigência, aposentar-se por idade, por meio de uma regra de transição, desde que cumprido o tempo mínimo de 15 anos de contribuição, para ambos os sexos, e uma idade mínima cambiante, exclusivamente para as mulheres, que vai evoluir ao longo dos anos de 60/65 anos para 62/65 anos, respectivamente, para mulheres e homens.

60 De acordo com a reforma da previdência, a nova metodologia de cálculo passou a considerar todos os salários de contribuição auferidos a partir da implantação do Plano Real (07/94), razão pela qual a média aritmética passou a ser mais benéfica para os segurados.

61 Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

De acordo com a Constituição, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.

Com base no texto anterior, julgue os itens a seguir.

62 Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

Julgue o item a seguir, de acordo com a legislação previdenciária.

63 Lei complementar estabelecerá vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários.

A respeito dos benefícios e serviços do RGPS, julgue o próximo item.

64 Considere que Gabriel, trabalhador na indústria de extração de sal, preste, sem vínculo empregatício, serviços a diversas empresas por intermédio do sindicato da categoria. Nessa situação, Gabriel é segurado obrigatório na condição de avulso.

A respeito do Direito Previdenciário, julgue o próximo item.

65 Conforme previsão constitucional, nenhum benefício ou serviço da seguridade social, inclusive da previdência complementar privada, poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

A respeito dos segurados do RGPS, julgue os próximos itens.

66 Considera-se segurado obrigatório da Previdência Social como empregado aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.

67 O brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio, é considerado contribuinte individual.

68 A pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua, é enquadrado na legislação previdenciária como segurado especial.

69 O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social – RGPS de antes da investidura.

70 Não descaracteriza a condição de segurado especial a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, de outubro de 2019 a março de 2020, por exemplo.

Julgue os itens a seguir de acordo com a legislação previdenciária.

71 Para efeitos previdenciários, presume-se que o filho e o tutelado com menos de vinte e um anos são economicamente dependentes do segurado.

Julgue o item a seguir, de acordo com as regras do período de graça.

72 Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício, inclusive do auxílio-acidente.

Sobre o cálculo dos benefícios previdenciários no âmbito do RGPS, julgue o item a seguir.

73 Os salários-de-contribuição considerados no cálculo do valor do benefício serão corrigidos mês a mês de acordo com a variação integral do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

74 Em relação ao instituto da inscrição, incumbe ao dependente promovê-la quando do requerimento do benefício a que estiver habilitado.

75 Na concepção atual do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), a aposentadoria e o salário família são benefícios inacumuláveis.

76 Os benefícios previstos para o RGPS poderão ser solicitados, pelos interessados, aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, que encaminharão, eletronicamente, requerimento e respectiva documentação comprobatória de seu direito para deliberação e análise do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nos termos do regulamento.

Julgue os próximos itens de acordo com as regras do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

77 O auxílio-reclusão exige 24 (vinte e quatro) contribuições mensais de carência.

78 Em caso de parto antecipado, o período de carência do salário maternidade, no caso dos(as) segurado(as) que devem comprovar o seu cumprimento, será reduzido em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado.

79 Em regra, a concessão de benefícios do RGPS depende da comprovação da condição de segurado. Todavia, com a cessação do pagamento das contribuições, ocorrerá a perda da qualidade de segurado no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados na lei para a manutenção da qualidade de segurado.

80 O primeiro pagamento do benefício previdenciário será efetuado até quarenta e cinco dias após a data da apresentação, pelo segurado, da documentação necessária a sua concessão.

Julgue os itens a seguir de acordo com as regras previdenciárias acerca da pensão por morte.

81 A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes.

82 No caso de morte presumida, a pensão é devida da decisão judicial que a reconhecer.

83 O condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis, perde o direito à pensão por morte.

84 Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo administrativo ou judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

85 O valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento.

86 A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

87 Na hipótese de o segurado falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, caso não incida outra hipótese de cancelamento anterior do benefício.

88 A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais, valendo destacar que reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

89 O tempo de contribuição a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) não será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais para efeito de aferição do prazo de pagamento da pensão para cônjuge ou companheiro.

90 O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempendedor individual, impede a concessão ou manutenção da parte individual da pensão do dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.

Julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n. 8.213/1991.

91 O segurado em gozo de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o pensionista inválido estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.

- 92** O benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador, cujo mandato não terá prazo superior a doze meses, não podendo ser renovado.
- 93** O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, de acordo com o que restar decidido no inventário ou arrolamento.
- 94** O benefício previdenciário não pode ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento, salvo quanto a valor devido à Previdência Social e a desconto autorizado por lei, ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial.
- 95** Dentre outros, podem ser descontados dos benefícios pagamento administrativo ou judicial de benefício previdenciário ou assistencial indevido, ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial, em valor que não exceda 10% (dez por cento) da sua importância, nos termos do regulamento.
- 96** Empresas, sindicatos e entidades fechadas de previdência complementar poderão, mediante celebração de acordo de cooperação técnica com o INSS, encarregar-se, relativamente a seus empregados, associados ou beneficiários, de requerer benefícios previdenciários por meio eletrônico, preparando-os e instruindo-os nos termos do acordo.
- 97** Empresas, sindicatos e entidades fechadas de previdência complementar poderão realizar o pagamento integral dos benefícios previdenciários devidos a seus beneficiários, mediante celebração de contrato com o INSS, dispensada a licitação. Nesse caso, os contratos deverão prever as mesmas obrigações, condições e valores devidos pelas instituições financeiras responsáveis pelo pagamento dos benefícios pelo INSS.
- 98** O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de onze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.
- 99** A Previdência Social ajuizará ação regressiva contra os responsáveis nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- 100** Compete ao Conselho de Recursos da Previdência Social julgar, entre outras demandas, na forma do regulamento recursos das decisões do INSS nos processos de interesse dos beneficiários.
- Julgue os itens a seguir de acordo com as regras estabelecidas na Lei n. 8.213/1991.
- 101** A contribuição previdenciária do empregador doméstico incidente sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço é de 8,8%.
- 102** Equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos.
- 103** O consórcio deverá ser matriculado no INSS em nome do empregador a quem hajam sido outorgados os poderes, na forma do regulamento.
- 104** Os produtores rurais integrantes do consórcio serão responsáveis solidários em relação às obrigações previdenciárias.
- 105** Nenhuma contribuição à Seguridade Social é devida se a construção residencial unifamiliar, destinada ao uso próprio, de tipo econômico, for executada sem mão de obra assalariada, observadas as exigências do regulamento.
- 106** À Secretaria da Receita Federal do Brasil compete planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à tributação, à fiscalização, à arrecadação, à cobrança e ao recolhimento das contribuições sociais previstas na Lei n. 8.213/1991, das contribuições incidentes a título de substituição e das devidas a outras entidades e fundos.
- 107** É prerrogativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, o exame da contabilidade das empresas, ficando obrigados a prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados o segurado e os terceiros responsáveis pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e das contribuições devidas a outras entidades e fundos.
- 108** A empresa, o segurado da Previdência Social, o serventuário da Justiça, o síndico ou seu representante, o comissário e o liquidante de empresa em liquidação judicial ou extrajudicial são obrigados a exhibir todos os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas na Lei.

109 O desconto de contribuição e de consignação legalmente autorizadas sempre se presume feito oportuna e regularmente pela empresa a isso obrigada, não lhe sendo lícito alegar omissão para se eximir do recolhimento, ficando diretamente responsável pela importância que deixou de receber ou arrecaudou em desacordo com o disposto na Lei.

110 Para fins de fiscalização do INSS, o Estado, por intermédio do órgão competente, fornecerá relação de alvarás para construção civil e documentos de “habite-se” concedidos.

SEGURIDADE SOCIAL (LOAS)

RAVAN ALVES

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

111 O CNAS, instância responsável pela coordenação da PNAS, é presidido pelo Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social, sendo de dois anos o mandato do seu presidente, permitida a recondução.

No que diz respeito à Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

112 O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por dezoito membros e respectivos suplentes, com a seguinte formação: dez representantes governamentais, incluindo um representante dos Estados, um do Distrito Federal e um dos Municípios, e dez representantes da sociedade civil.

No que diz respeito à Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

113 A ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais ofertados pela esfera pública, bem como dos recursos e dos critérios para sua concessão e a igualdade de direitos no acesso ao atendimento sem discriminação, são alguns dos princípios que regem a política de assistência social.

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e suas respectivas alterações, julgue o item subsequente.

114 A fixação das normas gerais, a coordenação e a execução dos programas de assistência social são competência do CNAS o qual devem atuar sob os princípios da descentralização político-administrativa da assistência social e da complementaridade.

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e suas respectivas alterações, julgue o item subsequente.

115 A assistência social organiza-se em apenas dois tipos de proteção social: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e suas respectivas alterações e com a Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.

116 A gestão das ações na área de assistência social organiza-se de forma centralizada e participativa, estando essas características previstas no Sistema Público de Assistência Social (SUAS).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento.

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), julgue o item a seguir.

117 São princípios democráticos que regem a PNAS a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

Considerando a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), julgue o item subsequente.

118 A Assistência Social possui como objetivo a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente, dentre outros, a promoção da integração ao mercado de trabalho.

119 A atualização da Lei Orgânica de Assistência Social, feita por meio da denominada pela doutrina Lei do SUAS, considera como entidade e organização de assistência social sem fins lucrativos aquelas que prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários e também aquelas que atuam para a defesa e garantia de direitos. Sendo assim, uma organização sem fins lucrativos de assessoramento é aquela que atua para o fortalecimento dos movimentos sociais.

Considerando a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), julgue o item subsequente.

120 O benefício de prestação continuada será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos exigidos pela LOAS e considerando o estado de calamidade decorrente do coronavírus (Covid-19), o critério de aferição da renda familiar mensal *per capita* poderá ser ampliado para até 1/2 (meio) salário-mínimo.



**SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL**

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	C	E	E	C	E	E	C	C	C	C	E	E	E	C	E	E	C	C	C
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	E	E	C	E	E	C	C	E	E	E	E	C	E	E	C	C	E	C	E	C
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	C	C	C	E	E	C	C	E	E	E	E	E	E	E	E	C	C	C	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	C	C	C	C	E	C	E	E	C	C	E	E	E	C	E	C	C	C	C	C
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	C	C	C	E	E	C	C	E	E	E	C	E	E	C	E	C	E	E	C	C
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	C	C	C	C	C	C	C	C	E	E	E	C	E	E	E	C	C	C	C



NESSA PEGADINHA VOCÊ NÃO CAI MAIS!

Pratique os truques de cada banca e fique mais próximo da sua aprovação.

No Gran Cursos Questões, você encontra todas essas questões e muito mais. Se você já é nosso assinante, vá até a Área do Aluno, em nossa plataforma, e clique em QUESTÕES.

Se ainda não é nosso assinante, acesse diretamente pelo site no endereço <https://questoes.grancursosonline.com.br>

 **GRAN CURSOS
QUESTÕES**



CONHECIMENTOS BÁSICOS

ÉTICA KÁTIA LIMA

Julgue os itens abaixo sobre ética geral, ética no serviço público, ética e função pública, tendo como base os Decretos n. 1.171/1994 e 6.029/2007.

- 1 Segundo o utilitarismo, para uma ação ser considerada ética, ela precisa promover o maior prazer ao maior número de pessoas, ou seja, deve necessariamente beneficiar a coletividade.

Certo.

Teoria consequencialista, que defende que uma ação é boa se provoca felicidade para a maioria das pessoas.

- 2 Servidor público que constantemente manifesta apreço publicamente por outro servidor ou gestor comete falta ética.

Certo.

Segundo o Decreto n. 1.171/1994, é vedada a manifestação de apreço e despreço na repartição. Manifestar apreço não tem relação com dar *feedback* sobre bom desempenho, mas sim com falar o tempo todo sobre sua predileção por determinadas pessoas da equipe em detrimento de outras.

- 3 A comissão de ética pública será composta por sete servidores estáveis com mandatos não coincidentes de três anos, permitida uma recondução.

Errado.

Os sete membros da CEP não precisam ser servidores, mas devem ser cidadãos com idoneidade moral e conhecimentos de Administração Pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL RICARDO BLANCO

Julgue o item segundo a Constituição Federal.

- 4 É inviolável o sigilo da correspondência, de dados e das comunicações telefônicas, das comunicações telegráficas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Errado.

O sigilo da comunicação telefônica é o último caso.

Art. 5º (...)

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na

forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Julgue o item em relação ao mandado de injunção.

- 5 Em relação aos remédios constitucionais, a Constituição Federal prevê o mandado de injunção, cabendo ao legislador regulamentar o processo e o julgamento do mandado de injunção na forma coletiva e individual.

Certo.

Art. 5º (...)

LXXI – conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016. Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.

Julgue o item sobre nacionalidade.

- 6 Segundo a Constituição, a lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, tendo em vista que nenhum direito fundamental é absoluto.

Errado.

Art. 12. (...)

§ 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

Julgue o item segundo a Constituição Federal.

- 7 Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de crime culposo.

Errado.

Art. 12. (...)

§ 4º Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: I – tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de **atividade nociva ao interesse nacional**.

Julgue o item em relação aos direitos políticos.

- 8 A inelegibilidade do § 7º do art. 14 da CF (inelegibilidade reflexa) não alcança parente de vice-prefeito que não tenha substituído o titular nos últimos seis meses do curso do mandato.

Certo.

A inelegibilidade do § 7º do art. 14 da CF não alcança parente de vice-prefeito que não tenha substituído o titular nos últimos seis meses do curso do mandato. (*Ac. de 13.12.2012 no AgR-RESpe nº 3161, rel. Min. Dias Toffoli.*)

Julgue os itens em relação à Administração Pública.

- 9** Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Certo.

Art. 37. (...)

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

- 10** Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Certo.

Art. 37. (...)

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

DIREITO ADMINISTRATIVO

RICARDO CARDOSO

O ato administrativo representa a manifestação da vontade da Administração Pública. Por esse motivo, são praticados com fundamento no direito público, possuindo características próprias. Sobre a teoria dos atos administrativos, julgue os itens.

- 11** O elemento motivo representa o pressuposto fático e de direito que autoriza ou determina a prática do ato. No ato discricionário, os elementos motivo e objeto retratam o mérito administrativo.

Certo.

A questão aborda de forma correta o conceito do elemento motivo. Também é correto afirmar que, no ato discricionário, os elementos motivo e objeto retratam o mérito administrativo.

- 12** Quando se trata de atividade discricionária, o agente que praticar o ato deve limitar-se a fixar o objeto que já está estabelecido pela lei.

Errado.

A questão faz menção a ato vinculado, pois é esse que a lei já estabelece o objeto do ato.

Sobre a organização administrativa e os poderes administrativos, julgue os itens.

- 13** O INSS e os conselhos profissionais possuem forma jurídica de autarquia. Por serem pessoas de direito público, possuem a prerrogativa constitucional de emitir precatório para quitar débitos.

Errado.

A jurisprudência orienta pela impossibilidade da emissão de precatórios por conselho profissional.

- 14** O poder regulamentar concretiza-se pela edição de decreto de competência dos chefes do Poder Executivo. Nos termos da Constituição Federal, quando o decreto regulamentador expedido pelo Executivo é exorbitante, caberá a sua anulação pelo Congresso Nacional. Esse controle é classificado como externo e parlamentar.

Errado.

Compete ao Congresso Nacional sustar o ato normativo que exorbitar do poder regulamentar (art. 49, V, CF).

Sobre aspectos do direito administrativo, julgue os seguintes itens.

- 15** A responsabilidade objetiva do Estado decorre da convencional teoria do risco administrativo. Para ser considerada essa modalidade de responsabilidade extracontratual, é prescindível a indicação de dolo ou culpa do agente causador do dano.

Certo.

Dolo ou culpa do agente público são circunstâncias dispensáveis para configurar a responsabilidade objetiva.

- 16** Considere que tenha ocorrido o rompimento de uma adutora de responsabilidade de concessionária prestadora de serviço público de saneamento básico. **Assertiva:** a responsabilidade é subjetiva, pois a relação entre o consumidor e a concessionária é contratual.

Errado.

A responsabilidade do prestador de serviços públicos é do tipo objetiva.

- 17** O princípio da juridicidade informa que a interpretação da norma administrativa deve ocorrer da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Errado.

A questão faz referência ao princípio da segurança jurídica.

GRAMÁTICA E TEXTO

LUCAS LEMOS

TEXTO I

A importância da leitura para a formação do cidadão

1 A leitura é de suma importância nos dias de hoje para a formação do cidadão, pois ela é essencial para adquirirmos mais conhecimento. Estamos sendo bombardeados de informações instantâneas através da internet, mas vale ressaltar que o conhecimento é para sempre e as informações são passageiras e, muitas vezes, não acrescentam nada.

5 Precisamos refletir sobre essa questão de informação x conhecimento. Através da informação podemos ser manipulados se não tivermos conhecimento. Infelizmente, muitas vezes o cidadão chega a uma universidade despreparado, acreditando que consegue desenvolver tudo, o que não é verdade, porque muitos só conseguem copiar e colar.

10 A leitura sempre teve um papel social de grande interferência na sociedade, garantindo evolução diante de problemas sociais, políticos e econômicos.

15 A leitura tem por finalidade levar-nos a outros mundos possíveis, seja através da literatura ou das revistas e dos jornais. Pode nos entreter, ao mesmo tempo em que favorece a reflexão sobre a realidade. Além disso, desperta sonhos, curiosidades e ativa a criatividade.

Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br>. (com adaptações)

Quanto à fidedignidade às estruturas gramaticais e semânticas, julgue os itens seguintes.

18 Conforme o 1º parágrafo, é correto afirmar que a informação e o conhecimento são distintos, pois este fica e aquela passa.

Certo.

No primeiro parágrafo do texto “A leitura é de suma importância nos dias de hoje para a formação do cidadão, pois ela é essencial para adquirirmos mais conhecimento. Estamos sendo bombardeados de informações instantâneas através da internet, **mas vale ressaltar que o conhecimento é para sempre e as informações são passageiras e, muitas vezes, não acrescentam nada**”, notamos que a informação e o conhecimento, de fato, são diferentes, porque a informação é passageira e o conhecimento, para sempre. Aproveite para observar que houve o emprego da função distributiva dos pronomes demonstrativos: aquela (informação); este (conhecimento).

19 Ao ler o texto, conclui-se que a leitura ajuda a diferenciar entre verdade e manipulação.

Certo.

No trecho do texto “Precisamos refletir sobre essa questão de informação x conhecimento. **Através da informação podemos ser manipulados se não tivermos conhecimento**. Infelizmente, muitas vezes o cidadão chega a uma universidade desprepa-

rado, acreditando que consegue desenvolver tudo, o que não é verdade, porque muitos só conseguem copiar e colar”, a leitura traz conhecimento, conseqüentemente, ajuda a distinguir entre verdade e manipulação. Então, o item está correto.

20 Em “podemos ser **manipulados** se não tivermos conhecimento” (l. 8-9), a palavra em destaque poderá ser substituída, sem alteração de sentido, por influenciados.

Certo.

O termo “manipulado” significa *condicionado, influenciado, levados ao pensamento*. Ou seja, o item está correto.

21 Depreende-se a partir da leitura do texto que a leitura interfere na sociedade tanto quanto as notícias da internet.

Errado.

Na leitura do primeiro parágrafo, percebemos que a internet nos bombardeia com informações que são passageiras, ao passo que a leitura nos traz o conhecimento que é para a vida inteira. Ou seja, ambas não interferem da mesma forma na sociedade.

22 Infere-se que a leitura é capaz de colaborar para que os alunos tirem notas satisfatórias.

Errado.

Conforme a leitura do segundo parágrafo, é preciso refletir entre conhecimento e informação; afinal, a informação pode manipular as pessoas que não têm os conhecimentos necessários para discernir o certo do errado. Com isso, o texto afirma que “muitas vezes o cidadão chega a uma universidade despreparado”. Portanto, o item está incorreto.

23 Na linha 2, a substituição da conjunção “pois” por “uma vez que” mantém a relação de causalidade no texto.

Certo.

Em “A leitura é de suma importância nos dias de hoje para a formação do cidadão, pois ela é essencial para adquirirmos mais conhecimento”, observamos a relação de causa e consequência, pois o fato de a leitura ser essencial para adquirirmos mais conhecimento é o motivo de ela ser tão importante nos dias atuais. Saiba também que a locução conjuntiva “uma vez que” expressa o nexo causal. Portanto, o item está correto.

24 Em “o cidadão chega a uma universidade despreparado” (l. 10), o autor deveria ter empregado o sinal indicativo no “a”, pois a forma verbal “chega” exige um termo precedido de preposição.

Errado.

Embora o verbo **chegar** exija a preposição “a”, não será permitida a inserção do sinal indicativo de crase, visto que já exista o artigo “uma” expresso no texto. E sabemos que não poderá haver dois artigos juntos.

- 25 Na linha 2, a substituição da preposição “para” pela locução **afim de** mantém a ideia de finalidade existente no texto.

Errado.

No texto, há, de fato, um nexos final, por haver preposição “para” seguida de um verbo no infinitivo. Agora, tenha cuidado nessa questão, pois a locução “afim de” (junto) indica uma ideia de semelhança. Para ter o valor final, deve-se usar a locução “a fim de” (separado). Por esse motivo, o item está incorreto.

- 26 A vírgula empregada na linha 14 após o vocábulo “sociedade” introduz uma oração de valor explicativo.

Certo.

Em “A leitura sempre teve um papel social de grande interferência na sociedade, garantindo evolução diante de problemas sociais, políticos e econômicos”, observe que poderíamos substituir a forma verbal “garantindo” por **a qual garante**. Isso nos mostra que há uma oração subordinada adjetiva, e, por haver a vírgula, ela será considerada explicativa. Portanto, o item está correto.

- 27 Infere-se da forma verbal “Estamos sendo” (l. 3) que indica uma ação habitual.

Certo.

No trecho “Estamos sendo bombardeados de informações instantâneas através da internet”, a forma verbal “estamos” traduz um tempo presente contínuo, ou seja, habitual. Por isso, o item está correto.

TEXTO II

Se a chamada leitura do mundo se aprende por aí, na tal escola da vida, a leitura de livros carece de aprendizado mais regular, que acontece na escola.

Mas leitura - quer do mundo quer de livros - só se aprende e se vivencia de forma plena coletivamente, em intercâmbio de leituras que se refinam, reajustam e redimensionam hipóteses de significado, ampliando constantemente a nossa compreensão dos outros, do mundo e de nós mesmos.

Da proibição de certos livros (cuja posse poderia ser punida com a fogueira) ao prestígio da Bíblia, sobre a qual juram as testemunhas em júris de filmes norte-americanos, o livro, símbolo da leitura, ocupa lugar importante em nossa sociedade.

Foi o texto escrito – mais que o desenho, a oralidade ou o gesto – que o mundo ocidental elegeu como linguagem que cimta a cidadania, a sensibilidade, o imaginário. É ao texto escrito que se confiam produções de ponta da ciência e da filosofia; ele é que regula os direitos de um cidadão para com os outros, de todos para com o Estado e vice-versa.

**QUER TER ACESSO
AO RESTANTE DAS
QUESTÕES COMENTADAS?**

SEJA NOSSO ALUNO

**ASSINATURA ILIMITADA
TUDO O QUE VOCÊ PRECISA
PARA SER APROVADO!**